



331422

MODELO DE
PROVA
(VERSÃO)**A**

EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2026

PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2027
E NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE CAPELÃES MILITARES/2027

018. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: PEDAGOGIA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões de **01** a **03**, leia o trecho a seguir, extraído das reflexões filosóficas do imperador Marco Aurélio (121 – 180 d.C.):

O homem deve levar em conta que, a cada dia, parte da sua vida se vai e que cada vez menos resta para ele, mas também que, **mesmo que** ele tenha uma longa vida, não se sabe se sua inteligência será como antes para lidar com seus negócios e para ter um vislumbre do conhecimento que tem como objetivo entender tanto as coisas humanas quanto as divinas. No início da decrepitude, a respiração, a alimentação, a imaginação, o impulso, entre outros atributos, não falharão. **Entretanto**, o autocontrole, o cumprimento de suas funções com exatidão, a capacidade de escrutinar que se apossa dos seus sentidos ou até de decidir quando é hora de parar, enfim, todos os poderes que exigem uma compreensão e um raciocínio bem treinados, serão nele extintos.

Deixa-o, **então**, estar ativo, não apenas porque a morte aproxima-se a cada dia, mas porque a compreensão e a inteligência com frequência nos abandonam antes de morrermos.

(Marco Aurélio, *Meditações*. Adaptado)

01. Assinale a alternativa que apresenta expressões que substituem os termos destacados no texto, com correção e sem prejuízo às relações de sentido que estabelecem nos respectivos contextos.

- (A) tal qual ... Porém ... assim
- (B) contanto que ... Mas ... nesse caso
- (C) apesar de ... Portanto ... nesse momento
- (D) desde que ... No entanto ... por conseguinte
- (E) embora ... Todavia ... pois

02. Da leitura do texto, conclui-se que o autor tece considerações acerca

- (A) do papel que o homem escolhe desempenhar na vida, deixando-se levar por impulsos que não lhe garantem longevidade.
- (B) do receio justificado de que a proximidade da morte torne o homem mais ativo, apesar de menos razoável.
- (C) da perda de capacidades associadas ao entendimento e à racionalidade, mercê da chegada da idade avançada.
- (D) da aproximação da velhice como momento para rever as ações praticadas, sem a devida reflexão, na juventude.
- (E) da incerteza que se apossa da mente das pessoas idosas quando elas enfrentam desafios impostos a suas atividades físicas.

03. Considere as passagens a seguir:

- “... para ter **um vislumbre** do conhecimento...” (1º parágrafo)
- “... a capacidade de **escrutinar** que se apossa dos seus sentidos...” (1º parágrafo)

Nos contextos em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, sem alteração do sentido original, correta e respectivamente, por:

- (A) uma noção imprecisa ... contabilizar votos
- (B) uma ideia clara ... tomar decisões
- (C) um vestígio inadequado ... pensar claramente
- (D) uma percepção indistinta ... examinar minuciosamente
- (E) uma visão parcial ... refletir sensatamente

Leia o texto a seguir para responder às questões de 04 a 08:

As dificuldades para lidar com o que o destino nos traz

Não é trivial analisar, ao menos a meus olhos míopes, a complexidade do mundo de hoje, e, menos ainda, ter claro como deveríamos lidar com o que há, e com o que o destino nos traz. Uma provocação interessante seria explorar eventuais conexões entre “fato” (aquilo que foi feito), “fado” (destino, aquilo que foi dito, postulado por alguma transcendência) e “fatalidade”, um acontecimento vivido como destino.

Quando sentimos a serenidade abalada, vem à memória o torturado solilóquio* de Hamlet: o dilema entre sofrer passivamente as flechas da fortuna**, ou postar-se contra o mar de aflições. O célebre trecho não refletiria uma opção entre coragem e covardia, mas entre duas atitudes diante da fatalidade. Hamlet sabe que “o mar” não pode ser derrotado e hesita, não porque teme agir, mas porque sabe que sua ação não resolverá o mundo. A pergunta dele talvez não seja “o que se deve escolher?”, mas “como viver com o que não escolhemos?”.

Para os estoicos, o destino não é capricho dos deuses, mas uma necessidade racional do cosmos. A ética consistiria em viver de acordo com a natureza, aceitar o que não depende de nós e agir virtuosamente no que depende. O estoico não se queixa, rejeita o ressentimento e mantém a dignidade sem ilusões; o mundo seria, no fundo, compreensível, e a serenidade, possível.

Uma terceira via, que seguiria sem rebelar-se ao fado, nem tentar sua “domesticação” via razão, seria a adotada por Nietzsche: o “amor fati”, literalmente “amor ao destino”, amor ao mundo como é, sem buscar desculpas. Em *Ecce Homo*, ele afirma: “Minha receita para a grandeza do ser humano (amor fati) é não querer nada diferente, nem para frente, nem para trás, por toda a eternidade. Não apenas suportar o necessário, ou justificá-lo, mas amá-lo”. Assumir o destino como fato, e responder por ele, sem a resignação estoica, nem a hesitação hamletiana. Não se questiona se o mundo é justo, racional ou digno; pergunta-se apenas se somos capazes de afirmá-lo. Amor fati – amar o destino – seria a recusa radical ao alibi. Não cabe dizer “tudo acontece por alguma razão”, mas sim afirmar “isto aconteceu – e eu o assumo”. Amar o destino é tratar o fado como se fato fosse, não no sentido de tê-lo causado, mas em responder por ele.

Amenizando, haveria talvez ainda outra resposta, bem menos rebuscada e muito mais conhecida, que veio de um conjunto musical nos anos 70. Ela nos tranquiliza lembrando-nos que, quando estamos em tempos de tribulação, “... a mãe Maria vem a mim e me diz, com palavras de sabedoria, ‘deixa estar’...” Let it be!

(Demi Getschko, “As dificuldades para lidar com o que o destino nos traz”, O Estado de S.Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/demi-getschko/as-dificuldades-para-lidar-com-o-que-o-destino-nos-traz/>. Adaptado)

*Solilóquio: monólogo.

**Fortuna: destino, fado.

04. Desenvolvendo o tema sinalizado no título, o autor se vale de recursos que respondem pela coerência textual, tais como

- (A) apreciação crítica de ideias acerca do destino, afirmando ao leitor a importância de aderir a elas.
- (B) citação de pontos de vista que remetem historicamente a questões filosóficas que já estão superadas.
- (C) defesa de um ponto de vista próprio, que mostra contradições nas teorias dos filósofos citados.
- (D) referências a abordagens do tema ao longo do tempo, combinando diferentes universos culturais.
- (E) argumentos que indiciam a impossibilidade de encarar o destino sem infringir princípios éticos.

05. De acordo com as considerações de Marcuschi (em *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*), esse texto apresenta elementos predominantes que o caracterizam como do tipo

- (A) expositivo e do gênero didático.
- (B) argumentativo e do gênero coluna.
- (C) narrativo e do gênero reportagem.
- (D) descritivo e do gênero notícia.
- (E) injuntivo e do gênero resenha.

06. São palavras do texto acentuadas segundo a mesma regra:

- (A) “solilóquio”, “transcendência” e “necessário”.
- (B) “míopes”, “deveríamos” e “compreensível”.
- (C) “possível”, “mantém” e “célebre”.
- (D) “resolverá”, “justificá-lo” e “memória”.
- (E) “ética”, “alibi” e “trás”.

07. Assinale a alternativa que reescreve passagem do texto de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e de colocação dos pronomes átonos.

- (A) Não cabe aqui afirmações sobre a razão de um acontecimento; o que se exigem são afirmações como “isto aconteceu – assumo-o”.
- (B) Em relação ao ressentimento, os estoicos sempre o rejeita; em relação à dignidade e à honra, eles mantêm-nas sem ilusões.
- (C) Possivelmente encontrariam-se ainda respostas diferentes, menos rebuscadas, que deu-nos um conjunto musical nos anos 70.
- (D) Os estoicos aceitam as adversidades do destino; para eles, não se tratam de caprichos dos deuses, mas de uma fatalidade que lhes são impostas.
- (E) Jamais se questionam a justeza, a racionalidade ou a dignidade do mundo; mas pode haver em nós disposições para afirmá-lo?

08. Considere as passagens a seguir:

- “... ter claro como deveríamos **lidar com o** que há...” (1º parágrafo)
- “A ética consistiria em viver de acordo com a natureza, **aceitar o** que não depende de nós...” (3º parágrafo)
- “**Assumir o** destino como fato, e responder por ele...” (4º parágrafo)

De acordo com a norma-padrão de regência e com o sentido original do texto, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) trabalhar no ... aderir com o ... Concordar do
- (B) nos ocupar do ... sujeitar-se ao ... Admitir o
- (C) conviver no ... conformar-se no ... Consentir ao
- (D) pelejar contra o ... acolher o ... Retificar o
- (E) suportar o ... reconhecer ao ... Tomar posse do

09. Considere o mapa a seguir:



(Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*)

As maiores extensões navegáveis do Brasil estão localizadas nas regiões hidrográficas Amazônica e

- (A) Parnaíba.
- (B) São Simão.
- (C) Conceição do Araguaia.
- (D) Atlântico Sul.
- (E) Tocantins-Araguaia.

10. Leia o texto a seguir:

Área da crosta terrestre na qual as radiações cósmicas são transformadas em energia elétrica, química, mecânica, térmica etc., todas elas consideradas eficazes para a vida. Essa camada compreende a troposfera, a litosfera e a hidrosfera, constituindo um espaço onde a vida se manifesta, se desenvolve e se reproduz. Caracteriza-se por uma infinidade de *habitats* e pela imensa variedade de organismos, distribuídos de forma desigual no planeta. Revela-se fundamental para a compreensão das paisagens, dos biomas e das relações entre sociedade e natureza.

(José Bueno Conti e Sueli Angelo Furlan, "Geoecologia: o clima, os solos e a biota", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*)

A que conceito o texto se refere?

- (A) Atmosfera.
- (B) Relevo.
- (C) Biosfera.
- (D) Manto terrestre.
- (E) Dobras geológicas.

11. Leia o texto a seguir:

O crescimento das áreas centrais de São Paulo representa um dos grandes desafios para os urbanistas. A cidade se transforma numa bomba-relógio, com o crescimento de populações miseráveis que hoje ocupam os logradouros públicos, instalando-se sob pontes, viadutos e marquises; que se alojam em favelas e cortiços, disputando espaços quando estes são cada vez mais valorizados e destinados a edifícios inacessíveis a essa população. Para resolver o grave problema de moradia em São Paulo e fugir das instituições financeiras, os trabalhadores sacrificaram-se para construir suas casas, fora dos padrões técnicos legais, colocando-as em condições de risco e insalubridade. Vítimas de operações encetadas por empresas imobiliárias clandestinas, surgiram vários trabalhadores que se viram sem o direito ao título de propriedade devido à grilagem dos terrenos. A presença de casas, quase sempre inacabadas, gerou na periferia urbana uma paisagem onde as construções, apesar de novas, aparecem como um cenário em ruínas.

(Francisco Capuano Scarlato, "População e urbanização brasileira", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*. Adaptado)

O texto faz referência a um espaço que caracteriza a paisagem urbana da grande maioria do município de São Paulo e da região metropolitana.

Trata-se do espaço

- (A) de gentrificação.
- (B) de convivência.
- (C) de enclaves fortificados.
- (D) da autoconstrução.
- (E) de rugosidades.

12. Leia o texto a seguir:

O território brasileiro, devido a sua magnitude espacial, comporta um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde há um esquema coerente de feições do relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais feições paisagísticas e ecológicas são integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo.

(Aziz Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Adaptado)

O texto descreve o domínio

- (A) morfoclimático e fitogeográfico.
- (B) zooecológico e xeromórfico.
- (C) fisiográfico e (macro)regional.
- (D) macroecológico e de vales úmidos.
- (E) interplanáltico e desnudacional.

13. Considere o texto e a imagem a seguir:

Se dividirmos o hemisfério terrestre pelo critério das latitudes, é possível identificar três grandes faixas:

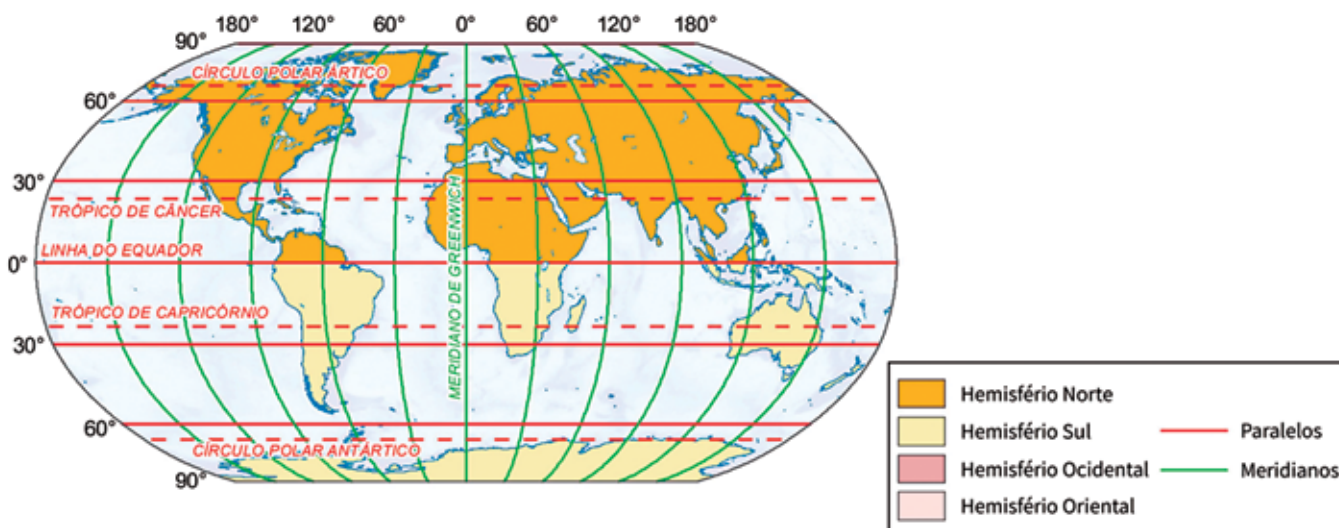
0°–30° baixas latitudes

30°–60° médias latitudes

60°–90° altas latitudes

Essa setorização é tarefa preliminar para a compreensão das zonas climáticas do planeta Terra. Cada uma dessas faixas recebe diferentes quantidades de radiação solar ao longo do ano, o que influencia diretamente a temperatura, a circulação atmosférica e os regimes de chuva. Estas zonas definem padrões climáticos distintos, que, por sua vez, condicionam a formação dos grandes biomas e orientam os principais processos hidrológicos e geomorfológicos. Dessa forma, a posição latitudinal do Brasil é um dos fatores essenciais para entender sua diversidade climática e ambiental.

(José Bueno Conti e Sueli Angelo Furlan, "Geoecologia: o clima, os solos e a biota", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.]. *Geografia do Brasil*. Adaptado)



(IBGE, *Atlas geográfico escolar*. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/atlas-geografico-escolar-9-edicao.html>)

A maior parte do território brasileiro situa-se, em sua quase totalidade, no segmento das

- (A) médias latitudes.
- (B) baixas latitudes.
- (C) altas latitudes.
- (D) médias e altas latitudes.
- (E) baixas e altas latitudes.

14. Considere o texto a seguir:

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que, desde os primórdios do período colonial, essa distribuição foi desigual. Dois instrumentos estão na origem de grande parte dos latifúndios do país e são frutos da herança colonial, quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte.

(Ariovaldo Umbelino de Oliveira, "Agricultura brasileira: transformações recentes", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*. Adaptado)

Quais são os instrumentos mencionados no texto?

- (A) Capitanias hereditárias e seus donatários e Sesmarias.
- (B) Estatuto da Terra e Carteira de Colonização.
- (C) Técnica da Procuração e Reforma Agrária.
- (D) Terra devoluta/pública e Sistema de meação.
- (E) Lei de Terras de 1850 e Grilagem "legal".

15. Leia o texto a seguir:

A presença insignificante de escravos legítimos não impediu que os contornos ideológicos da escravidão indígena em São Paulo ganhassem corpo ao longo do século 17. De fato, a introdução de milhares de índios demandou a criação de uma estrutura institucional que ordenasse as relações entre senhores e escravos. Apesar da legislação contrária ao trabalho forçado dos povos nativos, os paulistas conseguiram contornar os obstáculos jurídicos e moldar um arranjo institucional que permitiu a manutenção e a reprodução de relações escravistas.

(John M. Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Adaptado)

Tal arranjo institucional, segundo a obra referenciada, significou que os

- (A) proprietários de terra e comerciantes que necessitassem de mão de obra indígena aceitariam a intermediação das missões jesuítas para ter acesso ao trabalho dos povos originários.
- (B) paulistas aceitariam a utilização de mão de obra indígena servil dos indivíduos catequizados nas missões religiosas a partir da expressa permissão das autoridades coloniais.
- (C) grupos paulistas, dependentes da exploração de mão de obra indígena para a produção agroexportadora, estabeleciam acordos pontuais com os governadores da capitania.
- (D) colonos assumiam o papel de administradores particulares dos índios e, com esse artifício, apropriaram-se do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e a propriedade deles.
- (E) poderes locais de São Paulo, a partir da Câmara Municipal, estabeleceram um conjunto de leis que permitia a exploração do trabalho indígena em momentos de grave escassez de mão de obra.

16. Leia o texto a seguir:

No dia 7 de maio de 1730, o governador das Minas Gerais, d. Lourenço de Almeida, escreveu ao rei reclamando dos “contínuos delitos” cometidos nas Minas por “bastardos, carijós, mulatos e negros”. Nas palavras de d. Lourenço, não havia tempo em que as estadas não estivessem cheias de negros ladrões e matadores, e é preciso que se castigue com pena de morte executando-se nestas vilas para exemplo dos mais negros porque não havendo castigo podem ir crescendo então grande número que venham a dar o mesmo cuidado que deram os Palmares em Pernambuco, além das muitas mortes que fazem carijós, mulatos e bastardos.

(Carlos Magno Guimarães, “Mineração, quilombos e Palmares”, em João José Reis e Flávio dos Santos Gomes [org.], *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Adaptado)

Na manifestação do governador das Minas Gerais, é possível constatar a

- (A) desatenção das autoridades coloniais com a rebeldia dos escravizados e o medo da falta de mão de obra compulsória.
- (B) escravização trazendo mais riscos do que ganhos para a Coroa, em um período em que os quilombos mineiros haviam crescido bastante.
- (C) condição de um estado constante de rebeldia por parte da população negra e o temor da formação de um grande quilombo.
- (D) produção aurífera das Minas próxima de um colapso e a necessidade da transição do trabalho cativo para o livre.
- (E) capacidade de negociação dos escravizados rebeldes e a extrema violência das nações indígenas tradicionais.

17. Leia o texto a seguir:

No contexto da Crise do Antigo Regime, se havia barreiras de ordem material à difusão das ideias ilustradas (analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação), o maior entrave advinha, no entanto, da própria essência dessas ideias, incompatíveis, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira. Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia.

(Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*. Adaptado)

No Brasil, segundo Emília Viotti da Costa,

- (A) os principais difusores das concepções liberais no Brasil estavam vinculados às principais lideranças católicas, que não consideravam legítimas as críticas ao absolutismo monárquico e ao controle de Portugal sobre as instâncias judiciárias coloniais.
- (B) a elite colonial do Centro-Sul defendia aspectos menos relevantes do Iluminismo, como a liberdade de expressão, ao mesmo tempo que não combatia os pilares essenciais do Antigo Sistema Colonial, como o monopólio comercial.
- (C) as ideias do liberalismo político e econômico serviram como mobilizadoras para organização das classes médias urbanas espalhadas pela Colônia, que preconizavam a formação de uma República independente e com a abolição da escravidão.
- (D) os liberais brasileiros, majoritariamente presentes na elite pernambucana, defendiam uma monarquia dual, regulada por uma carta constitucional, e o início do processo de fim do tráfico negreiro, assim como o fim da exploração da mão de obra cativa.
- (E) os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e estavam empenhados em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa, sem intenção de renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava.

18. Leia o texto a seguir:

As interpretações sobre a Guerra do Paraguai variaram, e muito. Há quem diga que a origem da guerra estaria condicionada à ambição desmedida de López e a seu caráter autoritário. Há também quem explique o conflito a partir da política imperialista inglesa. Ciosa em manter sua influência financeira no local, a Inglaterra teria se imiscuído na guerra, forjando oposições e selando amizades.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, *Brasil, uma biografia*. Adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente, segundo a obra citada, outra interpretação para o conflito bélico.

- (A) Uma nova interpretação da Guerra do Paraguai mostra-se mais atenta aos diferentes processos de formação nacional por que passavam os países envolvidos e aos interesses geopolíticos e econômicos da região platina.
- (B) O maior conflito bélico na América do Sul tem decisivo vínculo com o recorrente expansionismo territorial brasileiro e uruguaio, que provocava receios de perdas territoriais por parte da Argentina, da Bolívia e do Paraguai.
- (C) Com a volta da ordem democrática brasileira, em 1985, houve uma severa reavaliação do papel do Brasil na Guerra do Paraguai, e verificou-se que as forças políticas do Império apenas reagiram às agressões paraguaias.
- (D) A conquista da liderança regional da América do Sul pelo Paraguai, com o apoio diplomático britânico, trouxe muita insatisfação da Argentina e do Brasil, que disputavam essa posição desde o início do século 19.
- (E) Ao longo do processo de independências na América Ibérica, foram se constituindo repúblicas parlamentares, e esta condição trouxe muito desconforto diplomático com o Brasil, organizado como uma monarquia clássica.

19. Leia o texto a seguir:

Os vitoriosos de 1930 formavam um grupo bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Se o combate às oligarquias tradicionais era o que se poderia chamar de um objetivo em comum, o mesmo não se pode dizer em relação às expectativas dos diferentes atores envolvidos no movimento. Assim, enquanto os setores oligarcas dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma de poder, com um mínimo de transformações, os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político, os tenentes defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais, e os setores vinculados ao Partido Democrático tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais.

(Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, "A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930", em Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado [orgs.], *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico* – vol. 1: da Proclamação da República à Revolução de 1930)

O quadro apresentado no excerto, sobre os vitoriosos da Revolução de 1930, explica a constituição de uma forma política entendida como

- (A) a constituição de um aparato estatal interessado em amalgamar as pretensões das classes derrotadas com a ruptura institucional e os projetos políticos das classes médias e do operariado industrial.
- (B) a necessidade do Estado em combater todos os vícios políticos que atentassem contra a ordem republicana, como a oferta descontrolada de subsídios para produção e exportação do café.
- (C) a premência de uma organização estatal atenta aos interesses mais imediatos das oligarquias oposicionistas na Primeira República, mas que tem como tarefa primordial unificar os projetos das classes médias.
- (D) a incapacidade de alguma classe ou fração de classe ascender em caráter exclusivo ao Estado, e, dessa forma, este se abre a todas as pressões sem se subordinar necessariamente a nenhuma delas.
- (E) uma estrutura legal com condições de elaborar um amplo projeto de reformas políticas, econômicas e sociais com o objetivo de industrializar o país, combatendo as desigualdades regionais.

20. Leia o texto a seguir:

A Assembleia Constituinte instalou-se em 1º de fevereiro de 1987, e a Constituição foi promulgada no ano seguinte, em 5 de outubro de 1988. O novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura. É a mais extensa Constituição brasileira — tem 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias — e está em vigor até hoje.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, *Brasil: uma biografia*. Adaptado)

Para Schwarcz e Starling, a Constituição de 1988 é

- (A) paradoxal em muitos dos seus preceitos centrais econômicos, caso do controle rígido estabelecido sobre o sistema financeiro e, ao mesmo tempo, constituiu um Banco Central autônomo, responsável apenas perante ao Congresso Nacional.
- (B) moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais e empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação popular e direta, além de determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão.
- (C) empenhada na resolução dos conflitos sociais por meio da construção de uma justiça mais ágil, combinada com ganhos trabalhistas fundamentais, como a criação do salário mínimo e a reinterpretação da CLT e das atribuições do Ministério do Trabalho.
- (D) inovadora em relação à organização político-administrativa, porque diminuiu as atribuições federais e municipais, concentrando-as nos estados federativos, que se tornaram responsáveis pelas políticas fiscal, de educação e de saúde.
- (E) conservadora em relação aos direitos políticos, porque ampliou timidamente o universo de eleitores, mas progressista em termos econômicos e sociais, porque consolidou preceitos de defesa de uma reforma agrária profunda e complexa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Tanto a Constituição Federal (Brasil, 1988) quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) determinam a gestão democrática como um princípio para o ensino público. Um dos mecanismos estabelecidos pela LDB que contribui na operacionalização desse princípio é a

- (A) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- (B) garantia de uniformidade de concepções pedagógicas como uma diretriz dos sistemas de ensino.
- (C) centralização da administração educacional nas instâncias diretoras e supervisoras.
- (D) ampliação da eficácia do ensino por meio da independência entre fins e meios da educação pública.
- (E) flexibilização da obrigatoriedade do Conselho Escolar a fim de aumentar a autonomia docente.

22. A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu artigo 56, prevê uma conduta específica para quando um estudante de Ensino Fundamental apresenta elevados níveis de repetência.

Conforme o referido artigo do ECA, nessa situação, os dirigentes do estabelecimento de ensino devem

- (A) providenciar a transferência do estudante para outra unidade escolar.
- (B) adotar a progressão automática como medida individualizada.
- (C) comunicar o caso do estudante ao Conselho Tutelar.
- (D) denunciar os responsáveis pelo estudante ao Ministério Público.
- (E) aplicar sanções disciplinares adequadas à faixa etária.

23. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) é um documento normativo que contempla todas as etapas da Educação Básica: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Ela está estruturada de modo a

- (A) fornecer um modelo obrigatório para o desenho dos currículos, em âmbito nacional.
- (B) eliminar as variações regionais historicamente observadas nos componentes curriculares.
- (C) definir o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica.
- (D) estabelecer a abordagem metodológica correta para cada componente curricular.
- (E) substituir a denominada *parte diversificada* por um núcleo comum nacionalmente válido.

24. A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Entre outras determinações, o documento especifica as idades mínimas para inscrição e realização de exames supletivos de conclusão de etapas da Educação Básica. As idades mínimas estipuladas para a realização de exames supletivos para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio são, respectivamente,

- (A) 14 anos e 17 anos completos.
- (B) 13 anos e 18 anos completos.
- (C) 17 anos e 21 anos completos.
- (D) 15 anos e 18 anos completos.
- (E) 15 anos e 21 anos completos.

25. A Resolução CNE/CEB nº 04/2010 definiu Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Em suas definições sobre a formação básica comum e a parte diversificada do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o documento assinala que a interdisciplinaridade

- (A) deve perpassar todo o currículo.
- (B) substitui conteúdos científicos pela experiência.
- (C) hierarquiza as áreas do conhecimento.
- (D) pressupõe a realidade como um sistema estável.
- (E) é sinônimo de transversalidade.

26. Os pais de uma estudante com deficiência intelectual matriculada em uma escola pública procuraram a direção escolar em busca de maiores condições de acessibilidade para a filha. Segundo eles, a estudante não estava sendo suficientemente acompanhada nas atividades escolares, razão pela qual gostariam que a escola designasse um profissional de apoio escolar para essa função. A diretora explicou que essa função foi extinta na legislação recente e substituída pelos professores de atendimento educacional especializado (AEE), serviço que a estudante está frequentando regularmente.

Tendo em vista o que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a explicação da diretora está

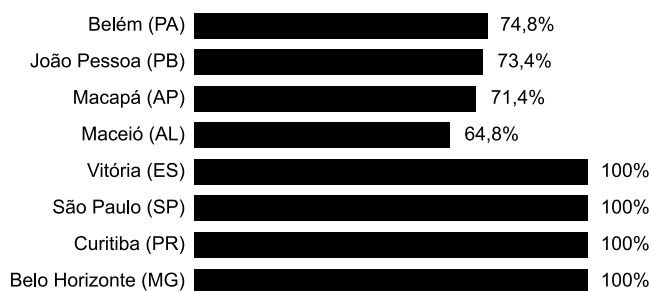
- (A) incorreta, pois o acompanhamento de profissional de apoio escolar é obrigatório para todos os estudantes que configuram o público-alvo da educação especial.
- (B) correta, pois a Lei Brasileira de Inclusão revogou a previsão de profissionais de apoio escolar ao consolidar o atendimento educacional especializado como serviço substitutivo.
- (C) correta, pois o atendimento educacional especializado não é atualmente recomendado para estudantes com deficiência intelectual, os quais devem ser atendidos por instituições especializadas.
- (D) correta, pois o acompanhamento individual de estudantes com deficiência intelectual deve ocorrer exclusivamente no contraturno escolar, por meio do AEE.
- (E) incorreta, pois o profissional de apoio escolar permanece previsto na legislação como medida de acessibilidade e não se confunde com o atendimento educacional especializado.

27. A Resolução CNE/CP nº 01/2004 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Um propósito alinhado ao documento é o de

- (A) fixar datas comemorativas que ampliem a apropriação cultural de costumes afro-brasileiros e africanos.
- (B) formar cidadãos atuantes em uma sociedade pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas.
- (C) criar disciplinas obrigatórias dedicadas especificamente ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- (D) substituir o currículo tradicional por um currículo centrado nas raízes africanas da nação brasileira.
- (E) incentivar a criação, pelo Movimento Negro, de escolas de referência para a população afrodescendente.

28. Um indicador do Iede (Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) mede o atendimento à Educação Infantil em nível municipal. O gráfico a seguir expõe taxas de 2025 referentes a oito capitais brasileiras:

Taxa de atendimento de crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil



(Iede, 2025)

Considerando os dados e o que estabelecem a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é correto afirmar que

- (A) as taxas expõem diferenças próprias de cada realidade regional, fator previsto na legislação para flexibilização da obrigatoriedade da Educação Infantil.
- (B) as oito capitais estão cumprindo plenamente as exigências legais ao atingirem taxas de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos superiores a 50%.
- (C) as capitais Maceió, Macapá, João Pessoa e Belém violam a legislação, que estabelece a obrigatoriedade da escolarização a partir de 4 anos de idade.
- (D) as capitais Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Vitória demonstram melhores condições para garantir universalização da Educação Básica, etapa que se inicia no Ensino Fundamental.
- (E) a diferença entre as taxas decorre de falha na distribuição federal de recursos, já que a atuação na Educação Infantil não é de competência específica do município.

29. Em sua periodização histórica das ideias pedagógicas no contexto brasileiro, Saviani (2021) aborda a denominada Pedagogia Nova. A respeito dela, o autor apresenta um posicionamento predominantemente

- (A) crítico, entendendo que ela acabou favorecendo desigualdades educacionais.
- (B) otimista, entendendo que ela é capaz de solucionar os problemas escolares atuais.
- (C) questionador, entendendo que ela ignorou os interesses burgueses.
- (D) elogioso, entendendo que ela foi determinante para a universalização escolar.
- (E) cauteloso, entendendo que ela se centrou no professor e na transmissão de conteúdos.

30. Libâneo (2018) analisa a organização do trabalho docente, enfatizando a articulação entre objetivos, conteúdos, métodos e avaliação na formação escolar. O autor argumenta que a tarefa principal do professor é garantir que entre ensino e aprendizagem se mantenha uma
- (A) hierarquia fundante.
 - (B) dissociação pedagógica.
 - (C) independência metodológica.
 - (D) unidade didática.
 - (E) correspondência estrita.
31. Demo (2015) concebe a educação como “processo de formação da competência humana, com qualidade formal e política, encontrando no conhecimento inovador a alavanca principal da intervenção ética”.
- Nessa perspectiva, o autor propõe que o professor seja um
- (A) investigador intuitivo, entendendo que a competência docente deriva da experiência e não da formação científica.
 - (B) pesquisador cotidiano, manejando a pesquisa como atitude e como princípio científico e educativo.
 - (C) profissional da pesquisa científica, privilegiando a especialização máxima nos saberes com que trabalha.
 - (D) perito em didática, empenhando-se para que todo o processo de ensino gire ao redor da própria aula.
 - (E) instrutor atento, priorizando a capacitação política em detrimento da formação científica.
32. A partir das proposições de Hadji (2001) sobre avaliação da aprendizagem, assinale a alternativa que apresenta a asserção coerente com os argumentos defendidos pelo autor.
- (A) Em toda avaliação necessariamente existe julgamento.
 - (B) A avaliação é um ato subjetivo que não deve ser expresso de forma quantitativa.
 - (C) A autoavaliação compromete a objetividade do processo pedagógico.
 - (D) A variabilidade de instrumentos avaliativos reduz o rigor no ato de avaliar.
 - (E) A utilização de critérios técnicos elimina a dimensão interpretativa do ato de avaliar.
33. Connell (In: Gentili, 2013) analisa as relações entre educação e pobreza, discutindo especificamente o processo de produção de desigualdades. Na perspectiva defendida pela autora, se quisermos que haja uma mudança na educação das crianças em situação de pobreza, é preciso
- (A) entender a educação como a única solução para a pobreza.
 - (B) assumir o déficit cultural como principal causa do fracasso escolar.
 - (C) abdicar do exercício de poder nas relações escolares e nos currículos.
 - (D) intensificar programas de educação compensatória.
 - (E) ver os professores como uma força de trabalho em direção à transformação.
34. Paulo Freire (2019) explicita as exigências éticas, políticas e pedagógicas que atravessam o ato de ensinar, segundo seu entendimento.
- Para o autor, o professor deve agir no sentido de uma
- (A) aproximação progressiva entre o que diz e o que faz.
 - (B) defesa da liberdade irrestrita de seus educandos.
 - (C) extinção inequívoca das relações de autoridade.
 - (D) afirmação não ideológica da verticalidade pedagógica.
 - (E) condução intencional do educando à efetiva heteronomia.
35. Arroyo (2013) concebe os saberes do trabalho como um direito de todos. Na perspectiva do autor, a inserção de conhecimentos do mundo do trabalho no contexto escolar deve
- (A) configurar uma opção político-ideológica, privilegiando a construção de um currículo socializador para os mais pobres.
 - (B) dar-se em caráter extracurricular, evitando reduzir a centralidade de saberes que de fato compõem o núcleo comum dos currículos.
 - (C) pressupor o entendimento do trabalho como um processo que permeia o ser humano, constituindo sua especificidade.
 - (D) pautar-se pelas demandas pragmáticas do mercado, visando ao acesso dos jovens às profissões de prestígio.
 - (E) basear-se em políticas de avaliação por competências, orientando-se por indicadores de empregabilidade.

36. Hoffmann sintetiza sua concepção de avaliação mediadora a partir da defesa de uma relação dialógica na construção do conhecimento.

Conforme o entendimento da autora, esse paradigma de avaliação

- (A) exige, necessariamente, maior tempo de permanência docente com os alunos.
- (B) entende o erro de aprendizagem como falha residual a ser evitada.
- (C) pressupõe a avaliação classificatória como condição necessária.
- (D) assume o desinteresse como principal causa do fracasso escolar.
- (E) opõe-se ao modelo baseado nas ações de transmitir, verificar e registrar.

37. Libâneo, Oliveira e Toschi (2018), ao discutirem o financiamento da educação escolar pública no Brasil, abordam o fundo denominado Fundeb, o qual

- (A) desobriga-se de metas referentes à valorização dos profissionais da educação.
- (B) foi substituído pelo Fundef, visando a uma melhor distribuição de recursos.
- (C) pode ser usado em toda a Educação Básica, operando colaborativamente entre os entes da federação.
- (D) destina-se à modalidade regular de ensino, não sendo aplicável à educação especial ou à EJA.
- (E) estabelece em 10% o mínimo da receita resultante de impostos a ser aplicada no ensino.

38. Lück (2015) analisa diferentes concepções de organização da escola e seus impactos no trabalho educacional.

Um dos argumentos defendidos pela autora é o de que

- (A) os problemas de ensino são de natureza essencialmente didática, e não de gestão pedagógica.
- (B) deficiências de gestão afetam significativamente fenômenos educacionais, como o elevado índice de evasão escolar.
- (C) o paradigma da gestão participativa torna desnecessária a formação de profissionais especialistas em gestão.
- (D) os sistemas de ensino devem ser geridos a partir de um enfoque administrativo, ao contrário das unidades escolares.
- (E) a gestão educacional deve concentrar-se no âmbito gerencialista, a fim de maximizar a qualidade do ensino.

39. O livro *Professores do Brasil: impasses e desafios* (UNESCO, 2009) oferece um diagnóstico detalhado da situação docente no país.

Assinale a alternativa que apresenta uma conclusão coerente com os argumentos sistematizados pelas autoras.

- (A) A formação continuada baseada em modelos breves, inovadores e autodidatas é a que apresenta maior eficácia.
- (B) A tese de que a educação escolar precisa de mais verba para garantir qualidade é infundada.
- (C) A hipervalorização da profissão docente é um dos impasses atuais, gerando excedente de profissionais qualificados.
- (D) A distância entre teoria e prática é um dos pontos críticos nos currículos de formação inicial de professores.
- (E) A expansão do ensino a distância (EaD) constitui o principal caminho para promover qualificação docente na escala necessária.

40. Em suas reflexões sobre o presente e o futuro da educação, Nóvoa (2009) discute o papel da escola nesses cenários.

Uma afirmação que condiz com suas ideias é:

- (A) a escola assume missões que deveriam ter outras instâncias sociais como principais responsáveis.
- (B) problemas escolares se resolvem com responsabilização individual.
- (C) docência se faz com técnica, e não com personalidade.
- (D) quanto maior a dimensão coletiva do trabalho pedagógico, menor a autonomia docente.
- (E) escola é espaço de prática, e não de formação docente.

41. Ao refletir sobre a educação do futuro, Morin (s.d.) identifica sete lacunas que, segundo ele, costumam ser negligenciadas nos currículos atuais, mas deveriam ocupar o eixo central da formação de jovens. Uma dessas lacunas é referente ao fato de não ensinarmos as condições de um *conhecimento pertinente*.

Nesse contexto, Morin entende *conhecimento pertinente* como

- (A) um saber isento do erro e da ilusão.
- (B) um conhecimento que não mutila seu objeto.
- (C) o oposto de um saber construído via reconstrução.
- (D) um reflexo fiel da realidade.
- (E) uma visão hiperespecializada de um todo.

42. Leia o excerto a seguir:

“O ensino como prática reflexiva tem se estabelecido como uma tendência significativa nas pesquisas em educação, apontando para a valorização dos processos de produção do saber docente a partir da prática e situando a pesquisa como um instrumento de formação de professores, em que o ensino é tomado como ponto de partida e de chegada da pesquisa. Concordando com a fertilidade dessa perspectiva, cabe, no entanto, indagar: que tipo de reflexão tem sido realizada pelos professores?” (Pimenta, 2010)

A partir do questionamento exposto, a autora argumenta que o conceito de professor reflexivo tem limitações, tais como o risco de levar à

- (A) caracterização do professor como intelectual crítico.
- (B) demanda crescente por formação contínua.
- (C) supervalorização da prática em detrimento da teoria.
- (D) publicização excessiva dos problemas educacionais.
- (E) rejeição equivocada do paradigma das competências.

43. Ao discutir os impactos da cultura digital sobre a escolarização, Buckingham (2010) defende uma definição específica de letramento digital, a qual

- (A) reconhece que as tecnologias digitais eliminam progressivamente as desigualdades educacionais.
- (B) propõe que o uso de mídias digitais deve restringir-se ao ensino superior e técnico-profissionalizante.
- (C) envolve a conscientização de como são construídos os meios digitais e de como os sites são projetados.
- (D) pressupõe que a tecnologia, em si mesma, transforma radicalmente a educação.
- (E) assume que a escola torna-se obsoleta diante da consolidação da cultura digital.

44. A partir da perspectiva de Vasconcellos (2019), uma das finalidades do Projeto Político-Pedagógico é

- (A) construir uniformidade teórico-metodológica.
- (B) priorizar a eficiência administrativa como um dos fins da escola.
- (C) garantir a neutralização de divergências e conflitos internos.
- (D) prevenir transformações na realidade institucional.
- (E) propiciar a racionalização de esforços e recursos.

45. Goulart (2015) analisa as implicações de diferentes teorias psicológicas para o campo da educação. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação coerente com a exposição da autora.

- (A) Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo se dá por etapas marcadas por estruturas mentais diferenciadas.
- (B) Para Vygotsky, o desenvolvimento e a aprendizagem são processos essencialmente independentes, um referente à cognição e outra aos afetos.
- (C) Para Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal corresponde aos limites cognitivos enfrentados por pessoas neurodivergentes.
- (D) Para Vygotsky, o ser humano é essencialmente autodidata, pois aprende independentemente da interação com o outro.
- (E) Para Piaget, a personalidade é determinada biologicamente a partir da herança genética de traços psicológicos.

46. Moreira (2023) afirma que o Construtivismo

- (A) define o aluno como um receptor qualificado de conhecimentos previamente construídos.
- (B) implica uma ação docente centrada na apresentação de estímulos e no reforço positivo.
- (C) debruça-se prioritariamente sobre os comportamentos observáveis e mensuráveis do sujeito.
- (D) supõe que os objetos do universo são interpretados pelo sujeito cognoscente.
- (E) entende o sujeito como tábula rasa, o que filia essa teoria ao Empirismo.

47. Partindo da premissa de que o currículo é um conceito marcado por uma vasta polissemia, Macedo (2013) defende a importância de uma compreensão que o entenda como

- (A) um artefato burocrático prescrito, que deve ser superado por dispositivos mais inovadores.
- (B) um complexo cultural tecido por relações ideologicamente organizadas e orientadas.
- (C) um constructo demasiado complexo e formalizado, cuja compreensão demanda um saber especializado.
- (D) um dispositivo da gestão escolar que deve privilegiar conhecimentos universalmente válidos.
- (E) um documento que expressa e organiza conhecimentos, sem caráter generativo ou inventivo.

48. Leia o excerto a seguir:

A aula supõe a presença de professor e aluno; o ato de 'dar aula' é indissociável da produção desse ato e também de seu consumo, o que atribui ao professor a responsabilidade por pensar o seu trabalho e representa a possibilidade de definir objetivos, conteúdos, metodologias e estratégias de avaliação para um processo que pressupõe uma relação fundamental: a relação entre professor e alunos inseridos num contexto social complexo e multirreferencial. (adaptado de Silva, In: Veiga, 2008)

A autora do excerto apresenta uma análise dos modos como a aula se caracterizou em diferentes momentos históricos. A definição citada corresponde, segundo a autora, ao entendimento da aula na perspectiva da pedagogia

- (A) tecnicista.
- (B) comportamental.
- (C) escolanovista.
- (D) neoliberal.
- (E) histórico-crítica.

49. "Quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor? Noutras palavras, quais são os conhecimentos, o saber-fazer, as competências e habilidades que os professores mobilizam diariamente, nas salas de aula e nas escolas, a fim de realizar concretamente as suas diversas tarefas? Qual é a natureza desses saberes?" A partir desses questionamentos, Tardif (2014) apresenta uma discussão sobre os saberes docentes, afirmando que estes são

- (A) personalizados e heterogêneos.
- (B) atemporais e individuais.
- (C) representações mentais.
- (D) lógicos e científicos.
- (E) baseados em evidências.

50. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) argumentam que a história da educação brasileira foi marcada por uma divisão: educação intelectual e ampla para as elites; formação prática e instrumental para os trabalhadores.

Diante desse cenário, os autores defendem que o Ensino Médio deve

- (A) afastar-se da lógica de uma escola unitária e politécnica.
- (B) incorporar as premissas do empreendedorismo e da eficiência produtiva.
- (C) articular formação geral e educação profissional, de forma integrada.
- (D) ser separado da Educação Básica, tornando-se eletivo.
- (E) difundir a tese de que o aprofundamento técnico garante empregabilidade.

RASCUNHO

RASCUNHO

